

Doi: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v32i1.69604>

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO E OS DISCURSOS INSTITUCIONAIS DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE SANTA CATARINA

INTERNATIONALIZATION OF THE EXTENSION FUNCTION AND INSTITUTIONAL DISCOURSES AT PUBLIC UNIVERSITIES OF SANTA CATARINA

 Stefani de SOUZA¹
 Cláudia Prim CORRÊA²
 Fernanda Geremias LEAL³
 Mário César Barreto MORAES⁴

Recebido em: 13/09/23
Aceito em: 06/11/23

RESUMO

Apesar de ser uma das dimensões do tripé basilar da universidade, a extensão é recorrentemente negligenciada. Por outro lado, à internacionalização se é atribuído destaque, uma vez que pode conferir ‘prestígio’ à universidade em rankings acadêmicos. Neste estudo, objetivamos analisar de que maneira as quatro universidades públicas de Santa Catarina contemplam a internacionalização da extensão. Para tanto, realizamos um estudo descritivo de abordagem qualitativa, fazendo o uso de fontes de dados secundárias (documentos institucionais). Analisamos documentos das instituições selecionadas, relativos às temáticas de extensão e de internacionalização, por meio de codificação cruzada, com o uso do software ATLAS.ti e embasada na metodologia de Saldaña (2013). Obtivemos um panorama geral da forma como a internacionalização da extensão tem sido tratada pelos documentos institucionais de universidades públicas brasileiras e verificamos que há tentativas de se estabelecer o diálogo entre a extensão universitária e a internacionalização da educação superior, porém, a extensão não costuma ter o mesmo destaque nas políticas de internacionalização que o ensino e,

¹ Universidade do Estado de Santa Catarina – e-mail: stefani.ufsc@gmail.com

² Universidade Federal de Santa Catarina – e-mail: claudia.primcorrea@gmail.com

³ Universidade Federal de Santa Catarina – e-mail: fernanda.leal@ufsc.br

⁴ Universidade Federal de Santa Catarina – e-mail: mcbmstrategos@gmail.com

sobretudo, a pós-graduação e a pesquisa. Sugerimos a realização de pesquisas de campo nas universidades cujos documentos foram analisados, para que se possa identificar se as prescrições identificadas ultrapassam a retórica.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão universitária. Internacionalização da educação superior. Internacionalização da extensão. Universidade pública.

ABSTRACT

Although it is one of the dimensions of the university's tripod, extension is always neglected. On the other hand, internationalization tends to be emphasized, since it can give the university "prestige" in academic rankings. In this study, we aimed to analyze how the four public universities in the State of Santa Catarina consider the internationalization of extension. For this purpose, we carried out a descriptive study with a qualitative approach, using secondary data sources (institutional documents). We analyzed the documents of the selected institutions related to extension and internationalization, through cross-coding using ATLAS.ti software and based on Saldaña's (2013) methodology. We obtained an overview of how the institutional documents dealt with the internationalization of extension in Brazilian public universities. Likewise, we verified that there are attempts to establish a dialogue between university extension and the internationalization of higher education. However, university extension does not usually have the same prominence in internationalization policies as teaching and, above all, graduate studies and research. We proposed to carry out field research in the universities whose documents were analyzed to determine whether the regulations identified go beyond the rhetoric.

KEYWORDS: University Extension. Higher education internationalization. Extension internationalization. Public university.

INTRODUÇÃO

Na estrutura de uma universidade, a extensão é uma das dimensões que compõem o tripé basilar, originalmente definido por Humboldt. No Brasil, tal dimensão ganhou notoriedade com a Constituição Cidadã de 1988, que, em seu Art. 207, estabelece o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988). Atualmente, a extensão está contida como estratégia prevista pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), regulamentada pela Resolução n.º 7/MEC/CNE/CES/2018 (CES/CNE/MEC, 2018), que estabelece que deve ser assegurado, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (Brasil, 2014; Brasil, 2018).

Entendemos que a estratégia de 'curricularização da extensão' ou 'creditação curricular da extensão' busca dar contextualização às funções de ensino e pesquisa, para que elas dialoguem com a sociedade (Rubião, 2013). Efetivamente, a práxis da extensão no contexto das

universidades públicas revela-se como um dos pilares recorrentemente esquecidos ou relegados na sua articulação com o ensino e a pesquisa. De maneira oposta, um fenômeno bastante em voga na educação superior é a internacionalização universitária, frequentemente definida como “o processo de integração das dimensões internacional, intercultural e global aos propósitos, às funções primárias e à entrega da educação pós-secundária” (Knight, 2004, p. 11, tradução nossa). Apesar de ser mais regulamentado do que a internacionalização, o ‘fazer extensão’ tende a ser visto pelos discursos hegemônicos como mais distante do que o ‘internacionalizar-se’.

A internacionalização vem ganhando espaço na vida das universidades e relevância na sua condução, tanto devido à valoração competitiva associada à própria avaliação dos cursos de graduação e de pós-graduação, quanto à perspectiva de inserção institucional nos rankings internacionais, traduzindo-se em maior visibilidade. Contudo, a internacionalização hegemônica pode dificultar a vinculação entre universidade e sociedade, por meio da extensão universitária, uma vez que definições e indicadores de internacionalização dificilmente fazem menção à função social da universidade (Leal; Moraes; Oregioni, 2018).

Portanto, consideramos ser necessário observar também as *racionales* (motivações e interesses) da intersecção entre internacionalização e extensão universitária, que aqui chamaremos de ‘internacionalização da extensão’. Estudos demonstram que, até o momento, a responsabilidade social da internacionalização raramente tem sido o foco do pensamento sistêmico, conceituação ou estratégia na ampla agenda de internacionalização da educação superior (Brandenburg, *et al.*, 2020; Leal, 2020; Rosário, 2021; Leal; Souza; Moraes, 2021). Leal, Souza e Moraes (2021) realizaram revisão da literatura que evidenciou que a relação entre a extensão e a internacionalização universitária é frágil.

Isto posto, e considerando-se o contexto da educação superior pública brasileira, questionamos de que maneira documentos de planejamento e de normatização das universidades públicas do estado de Santa Catarina contemplam a internacionalização da extensão. Para responder a esse questionamento, traçamos o seguinte objetivo para a pesquisa: analisar de que maneira as quatro universidades públicas de Santa Catarina contemplam a internacionalização da extensão.

Estruturamos este trabalho em três tópicos, além desta introdução. No segundo, apresentamos o referencial teórico sobre a internacionalização da extensão universitária. Na sequência, descrevemos os materiais e métodos utilizados para a elaboração do estudo. Então,

apresentamos, analisamos e discutimos os resultados. Por fim, expomos as reflexões finais e listamos as referências utilizadas.

INTERNACIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A despeito do discurso político dominante, a internacionalização da educação superior já não pode ser considerada um bem incondicional (Morley *et al.*, 2018). Leal, Moraes e Oregioni (2018) e Leal (2020), na busca por antecedentes históricos que possibilitem conceber outras formas de internacionalizar no Brasil, argumentam que uma referência histórica importante a revisitar é o Movimento de Córdoba, de 1918. Tal movimento marca o surgimento de uma corrente universitária tipicamente latino-americana, cujo principal legado consiste no engajamento da Universidade com a justiça social na busca de uma sociedade mais igualitária e democrática (Prolo, 2019).

Assim, o desenvolvimento de estudos voltados a compreender a internacionalização da educação superior, a partir do conceito de extensão imaginado por Córdoba, ganha relevância. Para Leal (2020, p. 278), esse conceito pode ser visto como “central ao desenvolvimento de perspectivas próprias de ‘internacionalização da educação superior’ na região: ao mesmo tempo em que diz respeito a um “fenômeno tipicamente latino-americano” (Rubião, 2013, p. 115), tradição das universidades públicas da região (Oregioni, 2015a), trata-se, possivelmente, do aspecto mais negligenciado pela concepção dominante da ‘internacionalização da educação superior’ em curso”.

Contemporaneamente, pressupõe-se que um dos aspectos que dificultam a vinculação entre universidade e sociedade, por meio da extensão universitária, é a ênfase depositada pelo governo federal e pelas instituições universitárias na internacionalização da educação superior por uma perspectiva hegemônica, de condição competitiva generalizada. De Wit, Leal e Unangst e (2020, p. 568, tradução nossa) argumentam que “apesar dos benefícios e das oportunidades da internacionalização da educação superior, esse processo encontra-se imerso em um paradigma competitivo, econômico, que potencialmente reforça desigualdades geográficas de saber, poder e ser”. Knobel *et al.* (2020, p. 672) ressaltam que, no Brasil, o processo de internacionalização se consolida “de forma hegemônica, em consonância com a perspectiva mundialmente dominante”.

A extensão universitária, também conhecida como compromisso ou engajamento social, não costuma ter o mesmo destaque nas políticas de internacionalização universitária que o ensino e, sobretudo, a pesquisa. Leal, Moraes e Oregioni (2018) argumentam que a extensão, possivelmente, refere-se ao aspecto mais negligenciado pela perspectiva hegemônica de internacionalização da educação superior, uma vez que suas definições e indicadores dificilmente fazem menção à função social da universidade. Nesse mesmo sentido, “a ideia dominante de internacionalização e seu estreito vínculo ao uso de inglês também induz à simplificação do conceito de extensão universitária. [...]” (Leal, 2020, p. 213).

Assim, apesar do reconhecimento de que a responsabilidade social deveria ser uma dimensão imprescindível da internacionalização, raramente a temática é abordada na agenda de internacionalização da educação superior (Brandenburg *et al.*, 2020; Watabe; Ota, 2021). O foco principal das atividades de internacionalização tem sido em benefício da própria comunidade universitária e, ao analisarmos a literatura existente, embora documentos enfatizem a relevância de conceitos como a *Internationalisation in Higher Education for Society*⁵ (IHES), a pesquisa nessa área ainda é incipiente (Brandenburg *et al.*, 2020), abrindo espaço para discussões em torno da internacionalização da extensão, especialmente aquelas de caráter empírico.

Como desdobramento, trabalhos vêm sendo desenvolvidos na tentativa de abranger também a dimensão social do processo. Um exemplo a ser citado é a edição especial do *Journal of Studies in International Education* chamado “*Reimagining Internationalization for Society*”, que publicou trabalhos que exploram diferentes possibilidades de conectar a internacionalização à sociedade, em benefício da última. Buscou-se “explorar uma visão mais ampla para a internacionalização, focada também no impacto real e potencial das atividades de internacionalização nas comunidades locais e globais” (Leask; Gayardon, 2021, p. 323, tradução nossa). Apesar da extensão ser um conceito tipicamente latino-americano, dimensão do tripé universitário por meio da qual a universidade assume o seu compromisso social com a sociedade, nenhum dos trabalhos do *Special Issue* é de autoria de latino-americanos, ou

⁵ Conceito cunhado por Brandenburg *et al.* (2019). Brandenburg *et al.* (2019) criaram o Projeto com os objetivos de “vincular melhor o trabalho da internacionalização com o engajamento social, a fim de ajudar a resolver as verdadeiras questões sociais, como, por exemplo, xenofobia, populismo, mudança climática ou preservação da democracia”. Apesar dessa aproximação, os ideais da IHES são mais universalistas que os do Movimento de Córdoba.

menção a inserção da internacionalização na extensão da Região. Apenas um dos trabalhos menciona Paulo Freire, autor que advogava pela ação por justiça social (Jon; Fry, 2021).

Em se tratando de trabalhos empíricos, Rosário (2021) investigou como o engajamento social está integrado nas estratégias de internacionalização de instituições de ensino superior brasileiras, por meio de pesquisa com nove instituições públicas e privadas que figuraram no ranking *Times Higher Education* do ano de 2019. Em seus achados, a autora confirma que o engajamento social não está integrado às estratégias de internacionalização, afirmando que, embora documentos institucionais mencionem o engajamento social, “a abordagem é superficial e principalmente retórica” (Rosário, 2021, p. 2, tradução nossa). Assim, uma maior integração entre essas duas áreas dependerá da forma como as universidades conceituam e promovem suas estratégias de internacionalização.

Corroborando com os achados de Rosário (2021), Leal, Souza e Moraes (2021, p. 8-10) apontam pistas, com base em revisão da literatura, sobre essa relação entre internacionalização e extensão universitárias, ou a falta dela:

- a) Existe uma frágil relação entre a concepção dominante de internacionalização da educação superior e a extensão como missão universitária fundamental; b) Tal fragilidade está imersa no contexto histórico-social da instituição universitária e dialoga com a mercantilização da educação superior; c) O excesso de racionalidade econômica faz com que a relação universidade-sociedade seja compreendida como sinônimo de universidade-indústria, sendo a internacionalização um caminho fundamental para o fortalecimento dessa relação; d) O conceito de ‘Internacionalização da Educação Superior para a Sociedade’ não pode ser compreendido como sinônimo do conceito de Universidade-Sociedade, por vias da extensão, como idealizado pelo Movimento de Córdoba (1918); e e) Estudos latino-americanos aprofundam melhor a relação entre internacionalização e extensão universitárias e enfatizam a relação desses processos com a integração regional.

Apesar do reconhecimento de que a competição avança em detrimento da cooperação, as intersecções entre a responsabilidade social da universidade e a internacionalização da educação superior raramente são discutidas na literatura (Jones *et al.*, 2021). Hazelkorn (2016, p. 45, tradução nossa) questiona “até que ponto a busca por engajamento global ou internacionalização está ignorando a comunidade ou questões que estão à porta da instituição?”. A terceira missão vem sendo negligenciada nas agendas da educação superior em geral, e especificamente nas políticas e estratégias hegemônicas de internacionalização da educação superior (Leal; Moraes; Oregioni, 2018; Rosário, 2021).

Nesse mesmo sentido, Jones *et al.* (2021) argumentam que existe uma necessidade urgente de alinhar as agendas de internacionalização e de responsabilidade social universitárias. Para tanto, retomam o conceito de *Internationalisation in Higher Education for Society*, afirmando que apesar da chamada “terceira missão”, a qual visa contribuir com propósitos sociais, econômicos (serviços) e culturais de desenvolvimento das comunidades, ser uma das dimensões centrais das instituições de educação superior, muitas vezes ela está desconectada da agenda de internacionalização, raramente sendo o foco das estratégias, e ela própria tendo estratégias predominantemente orientadas para o mercado interno. O potencial de contribuição das universidades para a sociedade e para “o bem comum global” pode ser ampliado por meio da inserção da dimensão internacional também na extensão universitária (Jones *et al.*, 2021, p. 330).

Sendo a internacionalização da educação superior um processo em voga nas universidades e, ao se conceber a extensão universitária como metodologia participativa de contextualização das atividades universitárias, mais do que como uma função, vislumbramos possibilidades. Considerando o cenário de obrigatoriedade da inserção de, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (Brasil, 2014; Brasil, 2018), conjecturamos um cenário no qual atividades extensionistas de caráter internacional ou intercultural possam compor os currículos dos cursos de graduação, e, opcionalmente, também estejam presentes nos créditos curriculares dos cursos de mestrado e doutorado de universidades brasileiras.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de compreender de que maneira as quatro universidades públicas de Santa Catarina contemplam a internacionalização da extensão, realizamos um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, fazendo o uso de fontes de dados secundárias (documentos institucionais das quatro universidades, listados no Quadro 1). O contexto da pesquisa são quatro universidades públicas de Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); e Universidade Regional de Blumenau (FURB). Tendo o ‘status’ de universidade, elas necessitam realizar extensão, uma das dimensões do tripé universitário, atendendo ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988). Com essa seleção de

universidades, garantimos que todas as esferas - municipal, estadual e federal, fossem abarcadas.

Após a seleção das universidades, buscamos identificar os documentos de cada instituição que se relacionam ou objetivam normatizar a extensão e a internacionalização. Por meio de pesquisa nos sítios eletrônicos das universidades selecionadas, utilizando-se dos termos ‘Plano de Desenvolvimento Institucional’, ‘Plano de internacionalização’, ‘Resolução de Extensão’ e ‘Curricularização da Extensão’, identificamos os documentos que apresentamos no Quadro 1.

Quadro 1: Documentos e trechos de documentos selecionados para análise

Instituição	Extensão	Internacionalização
UFSC	- PDI: 1.4.3 - Extensão; 7 Relação entre universidade e sociedade; e Anexo 3 Extensão; - PPI (contido no PDI): 3.3.3 Extensão; - Resolução Normativa n.º 88/2016/ CUn (Regulamenta as ações de extensão); - Resolução Normativa n.º 01/2020/CGRAD/CEX (Curricularização da extensão).	- PDI: 1.4.4.4 Internacionalização; - Plano Institucional de Internacionalização (SINTER - abril/2018).
UFFS	- PDI: 3.2.1 Concepção de universidade e sua relação com a sociedade; - PDI: 3.7 Política de Extensão; - PDI: 14 Anexos - Objetivo 6 - Desenvolvimento da Extensão; - Resolução n.º 23/CONSUNI/PPGEC/UFFS/2019 (Regulamento de Extensão e Cultura); - Resolução n.º 93/CONSUNI/UFFS/2021 (Curricularização da Extensão).	- PDI: 4.3 Internacionalização; - PDI: 14 Anexos - Objetivo 9 - Desenvolvimento da Internacionalização; - Resolução n.º 105/CONSUNI/UFFS/2022, (Política de Internacionalização).
UDESC	- PDI: 3.5.4 Diretrizes para extensão universitária; - PDI: 9 Projetos estratégicos - 9.2 Excelência em Ensino, Pesquisa e Extensão; - Resolução n.º 15/2019/CONSUNI (Política de Extensão Universitária) e Resolução n.º 13/2021/CONSUNI (altera Resolução n.º 15/2019); - Resolução n.º 007/2022 - CEG (Curricularização da Extensão).	- PDI: 5.3 Mobilidade estudantil; - Não foi identificada seção destinada à Internacionalização; - Não foi identificado Plano/Política de Internacionalização.
FURB	- PDI: 3.1.2.8 Política de Extensão e 3.3.7.4 Extensão Universitária; - Resolução n.º 099/2019 (Curricularização da extensão); - Resolução n.º 24/2004 (Política de Extensão).	- PDI: 3.2 Políticas de Internacionalização e Mobilidade; - Não foi identificado Plano/Política de Internacionalização.

Fonte: elaborado pelos autores (2022).

No que se refere aos PDIs das Instituições, ressaltamos que abordamos apenas as seções que explicitamente tratam das temáticas da extensão e da internacionalização. Por isso, ambas as

temáticas podem ter sido abordadas em outras seções dos referidos documentos, transversalmente, o que não consideramos para fins deste estudo. Quanto aos PPIs, estão agregados aos PDIs. Para a análise dos dados, inserimos os documentos elencados no software ATLAS.ti e os analisamos conforme modelo de codificação proposto por Saldaña (2013).

Em consonância com Saldaña (2013), optamos pela realização de um ciclo de codificação, com o uso do método exploratório de codificação provisória. Com base na literatura científica acerca do tema e no objetivo da pesquisa, elaboramos uma lista prévia contemplando oito códigos para a categoria Extensão, sendo eles: extensão; compromisso social; engajamento social/com a comunidade; relação universidade-sociedade; relação universidade indústria; serviço; troca de saberes; e democratização do conhecimento. Por sua vez, para a categoria Internacionalização, a lista prévia contempla oito códigos: internacional; intercultural; cooperação internacional; multicultural; multilinguismo; políticas linguísticas; mobilidade internacional; e disciplinas em línguas estrangeiras. Ao se iniciar o processo de codificação, constatamos a necessidade de criação de mais dois códigos: outras análises da extensão na internacionalização; e outras análises da internacionalização na extensão.

Para propiciar uma análise da internacionalização da extensão, analisamos os documentos por meio de codificação cruzada. Nos documentos relacionados à extensão, buscamos por indícios de internacionalização e, nos documentos de internacionalização, investigamos indicativos de diálogo com a extensão. As ocorrências que identificamos por meio da leitura dos documentos foram então codificadas com base nos códigos mencionados, conforme análise, sendo possível quantificar as ocorrências de cada código e categoria. Com os dados codificados e categorizados, procedemos à interpretação e análise dos dados em relação ao seu conteúdo e significado, a fim de que a essência daqueles trechos fosse apreendida (Saldaña, 2013), o que permitiu a elaboração de inferências e afirmações sobre a temática em questão, as quais apresentamos no item a seguir.

Algumas limitações estão relacionadas às escolhas metodológicas por nós empreendidas. Primeiramente, analisamos apenas os documentos vigentes mencionados. Também, é possível a existência de documentos no âmbito das Instituições que mencionem a internacionalização da extensão, mas que não foi possível identificarmos e analisarmos no estudo.

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS ACHADOS

Nesta seção, apresentamos os resultados das codificações feitas no software ATLAS.ti. Em seguida, elaboramos as análises e seguimos com as discussões sobre a maneira que documentos institucionais de universidades públicas de Santa Catarina contemplam a internacionalização da extensão.

APRESENTAÇÃO DOS ACHADOS NO SOFTWARE ATLAS.TI

Com base na codificação elaborada, por meio da qual buscamos indícios de internacionalização em documentos de regulamentação da extensão, e vice-versa, realizamos 89 codificações, em 73 trechos, com base na lista de códigos elaborada *a priori*. Vinculamos as palavras, frases ou parágrafos a um ou mais códigos, sendo que 34 codificações se enquadram na categoria Extensão e as outras 39 na categoria Internacionalização. Na Tabela 1 apresentamos essas ocorrências.

Tabela 1 - Análise de ocorrência de codificações

	Extensão Universitária	Internacionalização	Totais
FURB Curricularização da Extensão - Resolução nº 99/2019	0	2	2
FURB PDI 2022-2026	6	2	8
FURB Política de Extensão - Resolução nº 24/2004	0	3	3
UDESC PDI 2022-2026	3	3	6
UDESC Política de Extensão Universitária - Resolução 13/2021/CONSUNI	0	0	0
UDESC Política de Extensão Universitária - Resolução 15/2019/CONSUNI	0	13	13
UDESC Curricularização da Extensão - Resolução 07/2022/CEG	0	1	1
UFFS PDI 2019-2023	9	6	15
UFFS Política de Internacionalização Resolução 105/CONSUNI/UFFS/2022	4	0	4
UFFS Regulamento da Extensão e Cultura - Resolução 23/CONSUNI/CPPFEC/UFFS/2019	0	3	3
UFFS Curricularização da Extensão Resolução 93/CONSUNI/UFFS/2021	0	1	1
UFSC PDI 2020-2024	2	4	6
UFSC Plano Institucional de Internacionalização	10	0	10
UFSC Curricularização da Extensão - Resolução Normativa 01/2020/CGRAD/Cex	0	1	1
UFSC Resolução Normativa de Extensão - Resolução nº 88/2016/Cun	0	0	0
Totais	34	39	73

Fonte: elaborada pelos autores (2022).

O documento com o maior número de codificações é o PDI da UFFS, com 15 codificações, seguido pela Política de Extensão da UDESC com 13 codificações e posteriormente pelo Plano de Internacionalização da UFSC, com dez codificações. Três documentos não tiveram nenhum trecho codificado em ambas as categorias: a Resolução Normativa n.º 88/2016/ CUn, que regulamenta as ações de extensão na UFSC, a Resolução n.º 007/2022/CEG, que trata da curricularização da extensão na UDESC, e a Resolução n.º 15/2019 CONSUNI, que altera a Resolução n.º 13/2021/CONSUNI - Política de Extensão Universitária da UDESC. Pela realização de uma ‘codificação cruzada’, as ocorrências que constam como “0” na Tabela 1 se dão pelo fato de que, no caso de documentos que normatizam a extensão, foram codificados trechos utilizando-se apenas códigos da categoria internacionalização, e vice-versa, tendo em vista que o objetivo do trabalho era a internacionalização da extensão, e não extensão e internacionalização separadamente.

Apesar da Tabela 1 apresentar o total de 73 trechos codificados, houve ocorrências que foram codificadas utilizando-se de mais de um código. Assim, o total de aplicação dos códigos é de 89 ocorrências. O código que foi por mais vezes aplicado foi ‘extensão’, utilizado 26 vezes, seguido por ‘cooperação internacional’, aplicado 14 vezes, ‘outras análises de internacionalização em documentos/seções sobre extensão’, utilizado por dez vezes e ‘internacional’ ocorreu nove vezes. Alguns códigos da lista elaborada *a priori* foram utilizados apenas uma vez, tais como ‘disciplinas em línguas estrangeiras’, ‘outras análises da extensão na internacionalização’ e ‘serviço’. Ainda, três códigos não foram aplicados em nenhuma codificação, a saber: Multilinguismo; Relação universidade-indústria; e Troca de saberes.

Em um primeiro momento, inferimos que tais dados indicam que existem indícios desse ‘diálogo’ entre internacionalização e extensão nos documentos de planejamento e normatização das universidades públicas abrangidas pelo estudo. Entretanto, visto que a responsabilidade social é temática raramente abordada na agenda de internacionalização no ensino superior (Brandenburg *et al.*, 2020; Watabe; Ota, 2021) e que, ao se analisar a literatura existente, verificamos que a pesquisa nessa área ainda é incipiente (Brandenburg *et al.*, 2020), realizamos a interpretação e análise desses achados em relação ao seu conteúdo e significado, o que apresentaremos nas seções seguintes.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao observarmos o Quadro 1, ratifica-se o argumento de que a extensão universitária está mais regulamentada do que a internacionalização no âmbito das universidades públicas abrangidas pelo estudo. Todas elas possuem pelo menos dois documentos de regulamentação da extensão: o regulamento ou política de realização de ações de extensão na instituição e a normativa específica que trata da curricularização da extensão. Por outro lado, não foi possível identificarmos plano ou política de internacionalização em duas das quatro universidades analisadas: FURB e UDESC. No caso da UDESC, nem mesmo o PDI apresenta seção destinada à internacionalização.

Há que se pontuar que não codificamos todos os trechos nos quais o termo ‘extensão’ foi mencionado, visto que, por diversas vezes, era feita a simples menção ao tripé ensino, pesquisa e extensão. Ainda assim, o código extensão foi o mais aplicamos, tendo sido utilizado por 26 vezes. O maior número de ocorrências foi no PDI da UFFS (nove) e no Plano de Internacionalização da UFSC (oito). Trata-se de um código bastante amplo, especialmente considerando-se que o próprio conceito de extensão é polissêmico, podendo ser visto, dentre outros, como mero repasse de conhecimentos (vertical) da universidade para a sociedade, e/ou como troca de saberes, em um sentido assistencialista ou como prestação de serviços voltados ao Mercado, e/ou como uma interação dialógica e bidirecional entre universidade e sociedade.

Diversos documentos mencionam a necessidade de que a internacionalização seja integrada ao ensino, à pesquisa e à extensão; todavia, na maioria dos casos a proposição é genérica; não há discussões sobre como isso ocorreria na prática. No âmbito da política linguística institucional da UFSC, um dos documentos determina a valorização das “relações interculturais plurilíngues/multilíngues e a inclusão social, tomando como referência a formação global, o respeito diversidade e solidariedade” (UFSC, 2018, p.12). Nessa perspectiva, a política linguística buscaria perpassar essas três dimensões do tripé ao prever a intersecção entre a internacionalização e a extensão, porém, em suas diretrizes, volta-se para a própria comunidade universitária, corroborando com o que é trazido por Brandenburg *et al.* (2020), e se limita a mencionar possíveis parcerias com o setor público e privado no ensino de línguas.

A UFSC propõe a integração da internacionalização também à gestão universitária, contemplando a extensão. Para tanto, busca a valorização de colaborações internacionais realizadas por Servidores Técnico-Administrativos em Educação (STAEs), para fins de progressão funcional, tais como ações extensionistas internacionais (PDI UFSC 2020-2024, 2020). Já no caso da UFFS, é mencionada a ampliação em 50% do apoio a esses profissionais

para que participem de eventos de extensão, porém apenas nos âmbitos nacional e estaduais (PDI UFFS 2019-2023, 2019).

Os trabalhadores administrativos fazem parte do quadro que gerencia, fomenta e inclui atividades de internacionalização no dia a dia da comunidade universitária (Maillard, 2019), por isso entendemos que lhes devem ser oportunizadas ações de colaboração e capacitação na extensão de caráter internacionalizado. No caso da UFFS, a instituição tem a regionalidade desde a sua gênese, sendo uma universidade de “fronteira, região e popular”, que busca “ser uma instituição capaz de participar do processo de transformação da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul e entornos” (PDI UFFS 2019-2023, 2019, p.17-18). Considerando a internacionalização como a integração também de uma dimensão intercultural (Knight, 2004) à extensão, entendemos que a participação dos trabalhadores administrativos da UFFS em ações de extensão nacionais e/ou estaduais pode contemplar a internacionalização da extensão.

Em seu PDI e Política de Internacionalização, a UFFS menciona a busca pela “diversificação das ações para que a internacionalização não se reduza a projetos individuais de mobilidade” (UFFS, 2022, p.1), priorizando, portanto, ações mais amplas, como os programas de pesquisa, ensino e extensão, na graduação e na pós-graduação. Essa visão vai ao encontro da ‘evolução’ da internacionalização, que em suas fases iniciais, se caracterizava por pequenas atividades individuais de acadêmicos (Brandenburg *et al.*, 2020; Knight, 2020) com foco principalmente na mobilidade de estudantes e professores (Knight, 2015) e que hoje se preocupa mais com a transformação da instituição em um ambiente internacional.

Nessa perspectiva, o Plano de Ações 2019-2023 (PDI UFFS 2019-2023, 2019) da UFFS a apresenta a criação do Programa Práticas Internacionais de Cooperação (PRATIC), para mobilidade estudantil *in* e *out*, para a realização de estágios e práticas inseridas em projetos de Extensão. Ainda, em fórum temático dedicado à mobilidade acadêmica e internacionalização realizado pela Instituição, foram encaminhadas propostas e ações que contemplam a extensão.

1.2 Estabelecer parcerias com universidades vinculadas a redes, que prioriza a promoção social e que converge com os objetivos da UFFS e inclui as ações de Extensão; 1.3 Investir em pesquisa vinculada a projetos de extensão, para que o conhecimento produzido possa ser aplicado e para que as intervenções realizadas sejam avaliadas e possam resultar em produção de novos conhecimentos; [...] 1.5 Promover ações de *internationalization at home*, utilizando diferentes possibilidades tecnológicas para comunicação e videoconferências (iniciativas dentro de cada curso ou interdisciplinares, por meio de projetos de Extensão ou Pesquisa) (PDI UFFS 2019-2023, 2019, p. 116).

A UDESC, por sua vez, não apresenta em seu PDI uma seção para tratar da temática da internacionalização, mesmo a temática estando em voga. Apenas contida em seção que trata de mobilidade estudantil, a internacionalização aparece como transversal, no ensino, na pesquisa e na extensão. Não obstante, destacamos iniciativa chamada no PDI de ‘Programa 4h em parceria com Virginia Tech’: “Esta iniciativa inclui mentores e oportunidades de liderança para os jovens. A ideia central é "aprender fazendo", em áreas como saúde, ciência e agricultura. “Aprovamos junto a ALESC o financiamento, mas a pandemia adiou o início do programa em Santa Catarina. Pretende-se retomar este projeto futuramente, como mais uma ação de internacionalização na área da extensão” (PDI UDESC 2022-2026, 2022, p. 106).

Depreendemos que iniciativas como o Programa PRATIC (UFFS) e o ‘Programa 4h em parceria com Virginia Tech’ (UDESC), bem como encaminhamentos do Fórum Temático da UFFS, possivelmente busquem uma práxis verdadeira (Freire, 2021) de internacionalização da extensão. Ao agir constantemente sobre a realidade, e ao refletir sobre essa ação na realidade, com o auxílio de uma teoria da qual se apropria conscientemente (Freire, 2021), esse sujeito atuante poderá potencialmente contribuir para a conexão da internacionalização à sociedade. Contudo, há que se atentar para que a práxis da internacionalização da extensão se articule “com programas pedagógicos, variando de acordo com cada realidade social, com participação ativa das comunidades” (Leal, 2020, p. 98) em um processo dialógico bidirecional.

Passando-se à análise do segundo código mais utilizado, ‘cooperação internacional’, o maior número de ocorrências se deu na política de extensão da UDESC. Porém, há que se destacar que tal fato se deu devido ao documento trazer em seu bojo as oito linhas temáticas que foram definidas pelo FORPROEX para a extensão (FORPROEX, 2012), sendo que cada uma delas menciona a “cooperação internacional na área”. Já o regulamento de extensão e cultura da UFFS apresenta os chamados ‘Núcleos de Estudos Avançados’, estruturas que contêm em seu bojo objetivos ligados à dimensão internacional. Nelas, busca-se pela constituição de redes de pesquisa e/ou extensão e o acolhimento de pesquisadores e estudantes, ambos com instituições estrangeiras.

A Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012, p. 11) apresenta dentre os seus objetivos a atuação “de forma solidária, para a cooperação internacional, especialmente a latino-americana”. Assim, as relações das universidades brasileiras com sociedades da América Latina se apresentam como relevantes à internacionalização da extensão. Entretanto, há que se

atentar para que essa ‘cooperação regional’ não se dê “para fins do seu próprio reconhecimento como ‘líder internacional’” (Leal, 2020, p. 126).

O terceiro e o quarto código mais utilizados foram ‘internacional’ (nove vezes) e ‘outras análises de internacionalização na extensão’ (nove vezes). No que diz respeito ao primeiro, diferentes documentos das distintas instituições abordam, em seções de diretrizes, objetivos e princípios da extensão, a necessidade da interação da universidade também com a ‘sociedade internacional’, ou com a realidade global, por meio de diálogo construtivo e transformador, que promova a interculturalidade. Apesar do PDI da FURB ser o único dos quatro PDIs que não recebeu nenhuma codificação com o código em questão, o documento da regulamentação da curricularização extensão na FURB prevê a “interação dialógica construtiva e transformadora da comunidade acadêmica com os setores da sociedade brasileira internacional [sic] por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com questões complexas contemporâneas presentes no contexto social, respeitando e promovendo, quando possível, interculturalidade” (FURB, 2019, p. 2).

O código ‘outras análises de internacionalização na extensão’, utilizado por nove vezes, foi criado *a posteriori* para abarcar análises que não se encaixavam nos demais códigos. Em suma, observamos a necessidade de enquadrar especialmente trechos contidos em documentos da FURB e da UFFS, acerca da temática da regionalidade. Ambas as instituições dão ênfase, em documentos/seções que tratam da gestão e diretrizes da extensão, dentre outros, às ações comprometidas com questões locais e regionais. Essa regionalidade nas ações de extensão está presente no PDI da FURB, que reafirma “o fortalecimento da integração com a comunidade da região local e com a da região Sul do país, [...]” (PDI FURB 2022-2026, 2022, p. 133). Também a UFSC, em seu Plano de Internacionalização, apresenta como objetivo da internacionalização “facilitar ligações colaborativas entre comunidades internacionais, especialmente àquelas localizadas em áreas regionais” (UFSC, 2018, p. 10).

A UFSC foi também a única instituição das quatro analisadas que apresentou documento contendo seção que trata explicitamente da internacionalização da extensão. Em seu PDI, ao apresentar o ‘Mapa Estratégico Institucional’ dos Objetivos Institucionais, está contida na área transversal de Internacionalização estratégia que contempla a extensão: “Ext. 7 – Promover práticas extensionistas que visem à internacionalização” (PDI UFSC 2020-2024, 2020, p. 118). Busca-se “Fomentar a realização de ações de extensão que visem à internacionalização, potencializando experiências e vivências em diferentes idiomas e culturas” (PDI UFSC 2020-

2024, 2020, p. 115). Entretanto, o único indicador de desempenho voltado à promoção de práticas extensionistas que visem à internacionalização apresentado é o “número de cursos de extensão ministrados em outro idioma promovidos pela PROEX: indica a quantidade de cursos de extensão ministrados em outro idioma, que tenham como objetivo a promoção da internacionalização” (UFSC 2020-2024, 2020 p. 189).

Ao incluir o "Potencial de internacionalização" como um critério de análise para a seleção de cursos de verão da UFSC, a Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) categoriza a ‘internacionalização da extensão’ em termos de “oferecimento de curso em idiomas diferentes do português, capacidade de atração de participantes estrangeiros, visibilidade internacional” (PROEX/UFSC, 2018, p. 3). Aparentemente, as políticas linguísticas são o foco. A UFSC conta com cursos de línguas, extracurriculares e de custo acessível, voltados para comunidade, oferecidos no Centro de Comunicação e Expressão (PDI UFSC 2020-2024, 2020). De qualquer forma, não existem “definições precisas sobre o que significa ‘internacionalização’ no domínio da extensão ou associações explícitas à relação entre universidade e sociedade” (Leal, 2020, p. 214). Ao se analisar as iniciativas estratégicas do PDI da UFSC com vistas ao alcance do objetivo em questão, restaram dúvidas sobre qual seria o entendimento da Instituição do papel da extensão na internacionalização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo buscamos analisar de que maneira as quatro universidades públicas de Santa Catarina contemplam a internacionalização da extensão. Ao explorarmos documentos de planejamento e de normatização, como os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDIs), Planos Pedagógicos Institucionais (PPIs) (contidos nos PDIs), resoluções de extensão e de curricularização da extensão e planos e políticas de internacionalização, da UFSC, UFFS, UDESC e FURB, verificamos que a maior parte desses documentos (13 dos 15) menciona a internacionalização da extensão, mesmo que não de forma explícita. Assim, podemos afirmar que há tentativas de se estabelecer o diálogo entre a extensão universitária e a internacionalização da educação superior em documentos de planejamento e normatização das universidades públicas de SC abrangidas por este estudo.

Porém, os achados corroboram que a extensão universitária não costuma ter o mesmo destaque nas políticas de internacionalização universitária que o ensino e, sobretudo, a pós-graduação e

a pesquisa. Conforme apontam Souza, Moraes e Leal (2022, p. 9) “o diálogo entre a práxis da extensão e o processo de internacionalização oferece uma possibilidade de (re)significação da universidade pública”. Assim, advogamos que, tida como uma metodologia, um processo dialógico e bidirecional, e que seja parte de uma perspectiva integral, a extensão dá subsídios para a transformação do ensino e aprendizagem, com a inclusão da pesquisa nesse contexto (Freire, 2021; Tommasino *et al.*, 2010; Rubião, 2013).

Como limites deste estudo, em diversos momentos não foi possível identificarmos se os cursos, eventos e afins mencionados nos documentos analisados, especialmente os PDIs, eram iniciativas, ou estavam relacionados à extensão e, por isso, optamos pela não codificação desses trechos. Por exemplo, no PDI da FURB, ao citar uma disciplina em língua estrangeira, não se sabe tal disciplina refere-se a uma ação de extensão. Também, não foi possível se aprofundar em iniciativas específicas aqui mencionadas.

A despeito desses limites, consideramos que esta pesquisa contribui para a obtenção de um panorama geral de como a internacionalização da extensão tem sido tratada pelos documentos institucionais de universidades públicas brasileiras. Se aprofundada, a pesquisa poderá orientar políticas institucionais de internacionalização voltadas à emancipação e à justiça social, por meio da extensão universitária. Para tanto, é oportuno que as universidades tenham claras definições do que compreendem por internacionalização e por extensão em seus contextos específicos. Como trabalhos futuros, sugerimos a realização de pesquisas de campo nas universidades cujos documentos foram analisados, para que se possa identificar se as prescrições identificadas ultrapassam a retórica e para que se possa conhecer como a extensão da internacionalização ocorre na prática.

REFERÊNCIAS

BRANDENBURG, U. *et al.* German Academic Exchange Service (DAAD), 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016].

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CES/CNE/MEC. Câmara de Educação Superior. Conselho Nacional de Educação. Ministério da Educação. **Resolução n.º 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a

Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n.º 13.005/2014 [...]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 5 jun. 2020.

DE WIT, H.; LEAL, F. G.; UNANGST, L. Internationalization aimed at global social justice: Brazilian university initiatives to integrate refugees and displaced populations. **ETD- Educação Temática Digital**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 567-590, jul./set. 2020.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus - AM, Maio 2012.

FURB. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. **Resolução nº 99/2019, de 29 de novembro de 2019**. Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB). Blumenau, 2019.

FURB. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. **Resolução nº 24/2004, de 21 de maio de 2004**. Institui e regulamenta a Política de Extensão da Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2004.

JON, J.; FRY, G. W. Study Abroad and engagement at the local and global levels: The stories behind the numbers. **Journal of Studies in International Education**, v. 25, n. 4, p. 407-424, 2021.

JONES, E. *et al.* **Journal of Studies in International Education**, v. 25, n. 4, p. 330-347, 2021.

KNIGHT, J. Internationalization Remodeled: Definition, Approaches, and Rationales. **Journal of Studies in International Education**, v. 8, n. 1, p. 5-31, mar. 2004.

KNOBEL, M. *et al.* Desenvolvimentos da internacionalização da educação superior no Brasil: da mobilidade acadêmica internacional à institucionalização do processo na universidade. **ETD- Educação Temática Digital, Campinas**, v. 22, n. 3, p. 672-693, jul./set. 2020.

LEAL, F. G.; MORAES, M. C. B.; OREGIONI, S. M. Hegemonia e contra-hegemonia no contexto da internacionalização da Educação Superior: critérios para uma análise crítica e reflexiva do campo. **Integración y Conocimiento**, v. 2, n. 7, p. 106-132, 2018.

LEAL, F. G. **As bases epistemológicas dos discursos dominantes de internacionalização da educação superior no Brasil**. Tese (Doutorado). 2020. Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Administração, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

LEAL, F. G.; SOUZA, S.; MORAES, M. C. B. Internacionalização e Extensão Universitárias em Diálogo: Estado do Conhecimento e Perspectivas Futuras. *In: ENCONTRO DA ANPAD*, XLV, 2021, On-line. **Anais [...]**, on-line: 4-8 de out. de 2021. 2177-2576 versão online.

LEASK, B.; DE GAYARDON, A. Reimagining internationalization for society. **Journal of studies in international education**, v. 25, n. 4, p. 323-329, 2021.

MAILLARD, N. **O gestor de relações acadêmicas internacionais no Brasil: práticas, papéis e desafios** [recurso eletrônico].

Higher Education, v. 76, n. 3, p. 537-554, 2018.

PDI FURB 2022-2026. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Fundação**

Universidade Regional de Blumenau. Disponível em:

https://www.furb.br/upl/files/avaliacao_institucional/PDI%202022%20a%202026%20FURB.pdf?20220730152043 Acesso em: 13 ago. 2022.

PDI UFFS 2019-2023. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal da Fronteira Sul**. Disponível em:

https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional/planos-anteriores. Acesso em: 13 ago. 2022.

PDI UFSC 2020-2024. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina - 2020-2024**. Disponível em: <https://pdi.ufsc.br/o-pdi-2020-2024/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

PDI UDESC 2022-2026. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) UDESC**.

Disponível em:

https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/10767/PDI_aprovado_09_12_2021_1645034667188_10767.pdf. Acesso em: 13 ago. 2022.

PROEX/UFSC. **Edital 4/2018/PROEX**. Edital da Escola de Extensão para Cursos de Verão. Florianópolis, 2018.

PROLO, I. **Pertinência do projeto universitário latino-americano para a internacionalização da educação superior: um estudo sobre a UNILA**. Tese (Doutorado). 2020. Programa de Pós-Graduação em Administração, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2019.

ROSÁRIO, N. C. **Integration of Social Engagement Into Internationalization Strategies: A Study About Brazilian Higher Education Institutions**. RUBIÃO, A. **História da universidade: genealogia para um “Modelo Participativo”**. Coimbra: Almedina, 2013.

SOUZA, S.; MORAES, M. C. B.; LEAL, F. G. Uma proposta de uso das 'lentes da prática' para reflexão sobre a extensão na internacionalização em uma universidade pública federal. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, XI, 2022, On-line. **Anais [...]**, on-line: 26-27 de maio de 2022.

TOMMASINO, H. *et al.* De la extensión a las prácticas integrales. In: UDELAR. **Hacia la reforma universitaria**. La extensión en la renovación de la enseñanza: espacios de formación integral. Montevideo: Rectorado UDELAR, 2010.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário.

Resolução nº 15/2019/CONSUNI, de 23 de abril de 2019. Institui e regulamenta a Política de Extensão Universitária da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Florianópolis: Conselho Universitário, 2019.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Conselho Universitário. **Resolução nº 13/2021/CONSUNI**, de 30 de novembro de 2021. Altera dispositivos da Resolução nº 15/2019/CONSUNI, que “Institui e regulamenta a Política de Extensão Universitária da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC”. Florianópolis: Conselho Universitário, 2021.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Câmara de Ensino de Graduação. **Resolução nº 07/2022**, de 26 de julho de 2022. Estabelece normas para a inclusão de carga horária de extensão universitária nos cursos de graduação nas modalidades presencial e em ensino a distância – EaD, da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC. Florianópolis: Câmara de Ensino de Graduação, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Conselho Universitário. **Resolução nº 23/CONSUNI/CPPGEC/UFFS/2019**, de 7 de agosto de 2019. Aprova o Regulamento da Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: Conselho Universitário, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Conselho Universitário. **Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021**, de 16 de dezembro de 2021. Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: Conselho Universitário, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Resolução n.º 105/CONSUNI/UFFS/2022**, de 15 de julho de 2022. Aprova a Política de Internacionalização da Universidade Federal da Fronteira Sul. Chapecó: Conselho Universitário, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Órgãos Deliberativos Centrais. **Resolução Normativa nº 88/2016/CUn**, de 25 de outubro de 2016. Dispõe sobre as normas que regulamentam as ações de extensão na Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Órgãos Deliberativos Centrais, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Câmara de Graduação; Câmara de Extensão. **Resolução Normativa nº 01/2020/CGRAD/CEX**, de 03 de março de 2020. Dispõe sobre a inserção da Extensão nos currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: Câmara de Graduação, Câmara de Extensão, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Plano Institucional de Internacionalização**. 2018. Disponível em: <https://novaprg.paginas.ufsc.br/files/2019/02/PROPOSTA-DE-PLANO-INSTITUCIONAL-DE-INTERNACIONALIZAC%CC%A7A%CC%83O-Final-Aprovada.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2022.

WATABE, Y.; OTA, H. Developing a manageable system of internationalization indicators for universities in Asia. **International Journal of Comparative Education and Development**, 2021, v. 23, n. 2, p. 81-103.